
Língua, gênero e diversidade: o que tem a semiótica a ver com isso?*

Matheus Nogueira Schwartzmannⁱ

Resumo: Neste trabalho, objetivamos demonstrar como discursos sexistas e sobre a língua são construídos para perpetuar preconceitos de gênero, raça e classe, à medida que o discurso anticientífico é usado para estabelecer a língua normatizada por gramáticas e dicionários como a única correta e aceitável, e performances linguísticas sexistas e intolerantes perpetuam formas de violência contra o corpo feminino (mulheres cis e identidades de gênero LGBTQIA+), e sua consequente exclusão social. Utilizando a visada teórico-metodológica da semiótica discursiva, verificamos a construção figurativa e veridictória do nosso córpus, revelando valores como a negação das transformações da/na língua em uso em artigo jornalístico veiculado na revista Veja em 2001, na Portaria nº 604/21, do Ministério do Turismo, e no Projeto de Lei 948/21, dispositivos legislativos que vetam o uso de linguagem neutra na esfera pública brasileira. Conforme explicitamos como a linguagem sexista inflige a exclusão e violências simbólicas à população que não é exclusivamente masculina, simultaneamente, analisamos o Manual para o uso não sexista da linguagem (2014), publicado pelo Governo do Rio Grande do Sul. Como resultado, apresentamos o que é e como o falante do português pode usar a linguagem não sexista e a linguagem neutra em diferentes situações de interação social.

Palavras-chave: discurso; gênero; intolerância; língua; veridicção.

* O título deste texto é uma elza bem dada em uma reflexão de Josy Maria Alves de Souza (RIBEIRÃO +..., 2021). A indagação que a pesquisadora propõe pode facilmente alcançar outras arenas epistemológicas, mas, aqui, queremos ver como isso se dá no terreno (ou território) da semiótica discursiva. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.203778>.

ⁱ Docente da Faculdade de Ciências e Letras (FCL-Assis) e do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa (FCL-Araraquara), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis/ Araraquara, SP, Brasil. E-mail: matheus.schwartzmann@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2887-3570>.

De um modo geral, é surpreendente ver os casos em que o termo que designa o sol se aplica indiferentemente ao astro, ao dia e à estação [verão]. [...] Na ideologia de várias populações [indígenas], o sexo do astro parece [também] instável conforme se observe a língua (quando distingue os gêneros), os ritos ou os mitos; nestes últimos, ele varia em função do caráter popular ou erudito do mito. Assim, nos Arapaho, os mitos mais ou menos esotéricos preservam o caráter masculino do sol, mas descrevem a lua ora sob o aspecto de um homem (Irmão caçula do sol) ora sob aspecto de uma mulher que pode ser a esposa do sol ou a avó do filho concebido pela lua quando ela era um personagem masculino. Em outros lugares, o gênero dos nomes varia conforme sejam eles profanos ou sagrados [...].

(Claude Lévi-Strauss, “O sexo dos astros”).

As únicas diferenças admissíveis [no discurso da extrema-direita] são aquelas consideradas naturais [...]. Ao aceitar apenas as diferenças tidas por naturais, o que esse discurso pretende fazer é definir o papel de cada um na sociedade. Cada um tem uma tarefa dentro da sociedade e deve executá-la sem querer interferir na tarefa do outro. Se cada um executar sua função, e apenas ela, isso redundará em benefício para todos. [...] Essa concepção traduz a ideia da naturalidade da divisão social entre dominantes e dominados. Segundo essa concepção, a sociedade é um eixo vertical e uns localizam-se no espaço superior e outros, no inferior. Dentro dessa cosmovisão, a virtude máxima dos grupos subalternos é a obediência às decisões dos que podem decidir. Afinal, a natureza estabeleceu as funções de cada um dentro da sociedade.

(José Luiz Fiorin, “Operações enunciativas do discurso da extrema-direita”).

Gênero é discurso, um discurso materializado estilisticamente em performances variadas.

(Letícia Nascimento, *Transfeminismo*).

Introdução

No Brasil, produziu-se um senso comum curioso sobre a língua que fez com que todos concordassem com a ideia de que o português é difícil, de que o brasileiro não sabe falar e escrever corretamente e de que a língua seria um objeto sólido, plano, cuja descrição completa estaria já toda repertoriada por gramáticas e dicionários.

Essa visão sobre a língua revela diversas orientações ideológicas, marcadas por valores de classe, de raça e de identidade nacional, por exemplo, e está também entranhada na formação de professores de português, uma vez que, em muitos cursos de Letras, se vê ainda o exercício de um beletismo anacrônico, especialmente nas disciplinas de Literatura, que resulta nessa visão homogênea da língua, que teria uma forma ideal, bela e pura.

Essa mesma visão sobre a língua faz com que inovações e mudanças linguísticas mais evidentes, especialmente aquelas defendidas por alguns segmentos da sociedade, sejam frequentemente rechaçadas, sobretudo quando servem a discursos intolerantes e estão a serviço de um projeto fascista de nação (FIORIN, 2019, p. 373-374). O Projeto de Lei (PL) nº 1676/99, do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), de 1999, que previa punições para quem abusasse do uso de expressões estrangeiras, é um bom exemplo. Assim como a Portaria nº 604/21, da Secretaria Especial da Cultura (Secult)/Ministério do Turismo, que vedava, nos projetos financiados pela Lei Rouanet, “o uso e/ou utilização, direta ou indiretamente, além de apologia, do que se convencionou chamar de linguagem neutra”, e o PL nº 948/21, de autoria do deputado Eyder Brasil (PSL), que proibia o uso da linguagem neutra na grade curricular, em materiais didáticos das escolas públicas e privadas de Rondônia e editais de concursos públicos.

Neste texto, queremos (1) observar alguns mecanismos que produzem esse senso comum sobre a língua, que tem na sua base, para além do desconhecimento, um discurso anticientífico; (2) demonstrar que os debates em torno do problema do gênero na língua são redutíveis a preconceito e intolerância; (3) adotar uma reflexão de caráter semiótico sobre o problema do gênero na língua, que parece ser o lugar de encontro de performances, discursos e formas de vida.

1. As Letras e o terraplanismo

Em texto da década de 1990, Marisa Lajolo já chamava a atenção para o fato de os cursos de Letras terem sido estabelecidos em torno de “*altas atividades culturais*” ligadas às línguas, literaturas e filologias (LAJOLO, 1990). No mesmo texto, a pesquisadora ressaltava que, no caso da formação de professor, no entanto, isto é, “para a preparação dos candidatos ao magistério”, “as disciplinas [eram] cursadas fora do curso de Letras [sendo] no caso paulista, na Escola Normal, efetiva e sintomaticamente chamada [à época] de *cursinho*”.

Os empregos do adjetivo que indica *elevação* (alta) e do morfema de *diminutivo* (-inho) são evidências figurativas da hierarquia pressuposta na formação universitária, hierarquia essa simplificada na elaboração de Jessé de Souza e que faz ecoar um discurso dicotômico que, no Brasil, tem uma síntese muito própria:

As classes superiores são as classes do espírito, do conhecimento valorizado, enquanto as classes trabalhadoras são do corpo, do trabalho braçal e muscular, que as aproxima dos animais (SOUZA, Jessé, 2017, p. 21-22).

Na separação das classes, se estabelece essa oposição que coloca, de um lado, as altas atividades da classe alta, o espírito, a alta literatura, a língua nacional e, de outro, a classe baixa, do corpo, do baixo nível cultural, que descaracteriza a língua e que não lê, não escreve e não sabe falar bem, todos valores de um século XIX que ainda é ruminado pela elite intelectual brasileira.

Mesmo com o avanço das teorias linguísticas no século XX, “as Letras” vão se organizar segundo uma lógica de rompimento entre estudos de língua e estudos de literatura, confirmada até mesmo por órgãos como Capes e CNPq, estabelecendo-se assim, por consequência, duas concepções de língua antagônicas e concorrentes: uma considerada “progressista” e outra assumidamente “conservadora”. Essa visada conservadora é também evidentemente anticientífica, porque nega princípios gerais da Linguística moderna sobre a língua e a linguagem que já estão há muito bastante estabelecidos. E esse conservadorismo, assumido nos cursos de Letras e em outros cursos nos quais a ideia de boa língua se faz presente, notadamente os cursos de Direito e de Jornalismo, alimenta (ou retroalimenta) o senso comum de maneira tão produtiva que é possível encontrar, por exemplo, em revistas de grande circulação, ataques à ciência linguística disfarçados de verdade jornalística.

Em 2001, há mais de 20 anos, não se falava ainda em *fake news*, mas eram falsas e mentirosas as informações publicadas na revista *Veja*, no artigo de Leonardo Coutinho, intitulado “Todo mundo fala assim”. Nas linhas finas, lia-se: “Vem aí uma gramática *anistiando* os principais *desvios* da linguagem oral. Mas atenção: o português continua a *merecer respeito*” (COUTINHO, 2001, grifos nossos). A anistia (ato que declara impuníveis *delitos praticados* e que anula *condenações*), também chamada por Coutinho de *habeas-corporis* para uma “infinidade de *pecados gramaticais*” (grifo nosso), estaria sendo promovida por dois meliantes: Ataliba de Castilho e Maria Helena de Moura Neves, que estão entre as e os maiores linguistas brasileiros. O primeiro publicava, à época, sua *Gramática do Português Culto Falado no Brasil* (2002). A segunda havia publicado sua *Gramática de Usos do Português* (2000). Ambas as obras foram publicadas por editoras universitárias com apoio de órgãos de fomento que financiaram suas pesquisas. Ainda assim, o articulista da *Veja*, citando Evanildo Bechara, vai dizer que “[nas obras] *não há nenhuma novidade* no trabalho sobre a língua oral [dos autores] e que o *melhor* ensino do português continua sendo o *tradicional*” (COUTINHO, Leonardo, 2001, grifos nossos).

Outro exemplo, este mais recente, é uma “ação popular, com pedido liminar”, movida por um cidadão da cidade de Bauru, no interior de São Paulo (Processo 1009442-85.2022.8.26.0071), que tem como objeto:

DEMONSTRAR a agressão à língua portuguesa e violação à garantia constitucional do idioma oficial, através de exposição pública de expressão distante da base gramatical pátria, inexistente no vernáculo; IDENTIFICAR o valor histórico da língua portuguesa como bem nacional a ser protegido; LIMINARMENTE, determinar a retirada de quaisquer placa e/ou faixa com os dizeres similares ao apresentado nos autos, fixando-se pena de multa diária por sua manutenção, visando impedir a propagação continuada de viés ideológico e linguagem inadequada aos parâmetros educacionais (SÃO PAULO, 2022, p. 2).

O “acinte inaceitável”, fruto de “transloucada tentativa, [...] de membros da comunidade LGBTQIA+ na criação de uma linguagem ‘sem gênero’”, que é objeto da ação, foi o uso da expressão “bem-vindes” por uma universidade pública estadual paulista. O autor da ação alega que, “pela língua portuguesa [ser] historicamente integrada ao contexto nacional [...] substantivos ou adjetivos, no plural, são identificados como ‘comum de dois gêneros’, ainda que tenha a terminação ‘OS’”. A aula de gramática ufanista, de qualidade duvidosa, não foi aceita pelo Ministério Público¹. E a vida seguiu.

No caso dos exemplos da *Veja*, o tema central talvez seja o beletismo, sustentado por valores como tradição e correção – que deriva para correção moral (pecado) e jurídica (*habeas corpus*). No caso do exemplo da ação contra a universidade paulista, o tema central é o nacionalismo, sustentado por valores como manutenção e correção (moral, aqui também).

Um e outro discurso se conectam diretamente ao negacionismo científico, porque descartam a descrição e a análise de dada realidade da língua para defender valores morais (conotações culturais) sobre os usos linguísticos. E isso não é nenhuma novidade em terras planas brasileiras: o negacionismo científico esteve sempre ali, dormente, esperando germinar, como vimos acontecer recentemente no nosso país. Esse negacionismo, no campo da língua, fez com que se fortalecesse o mito de que aquilo que não conste de uma gramática ou de um dicionário (tradicionais, naturalmente) – como gostam de dizer alguns “donos

¹ Na decisão que arquiva o processo, pode-se ler que não se configura “ato lesivo ao patrimônio imaterial” e que a ação “entra em choque com outros direitos igualmente importantes (como a dignidade da pessoa humana, o pluralismo, a igualdade etc.)”. Ressalta-se ainda que “encontra-se em julgamento pelo E. STF a ação direta de inconstitucionalidade n. 7.019 RO, pela qual houve o deferimento de medida liminar para fins de suspender legislação estadual que proibia a utilização da linguagem neutra. Em sua decisão, o Ex.mo Ministro Edson Fachin ponderou nos seguintes termos: “A chamada linguagem neutra ou ainda linguagem inclusiva visa combater preconceitos linguísticos, retirando vieses que usualmente subordinam um gênero em relação a outro. A sua adoção tem sido frequente sobretudo em órgãos públicos de diversos países e organizações internacionais. Sendo esse o objetivo da linguagem inclusiva, é difícil imaginar que a sua proibição possa ser constitucionalmente compatível com a liberdade de expressão. [...] Além disso, porque a linguagem inclusiva expressa elemento essencial da dignidade das pessoas, ela é um discurso que, segundo a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, é especialmente protegido” (Corte I.D.H., Caso López Álvarez vs. Honduras. Sentença de 1º de fevereiro de 2006. Série C, Nº 141. § 169). Ainda sobre esse tema, é preciso rememorar que este Tribunal já decidiu que o direito à igualdade sem discriminações abrange a identidade e a expressão de gênero e que a identidade de gênero é a manifestação da própria personalidade da pessoa humana e, como tal, cabe ao Estado apenas o papel de reconhecê-la, nunca de constituí-la”.

da língua” – simplesmente *não existe*. Isso é uma inverdade, para não dizer que é mesmo uma mentira. Tudo o que uma pessoa diz existe, e existe justamente porque foi dito.

2. Gênero e sexismo como operações discursivas

Figura 1: Muriel.



Fonte: COUTINHO, Laerte, 2022.

O objetivo deste texto não é, evidentemente, explicar as raízes da formação em nível superior no Brasil. Esse é apenas um mote para lembrarmos de duas coisas importantes e que dão a cadência da nossa reflexão: (1) a língua *não pertence a ninguém* porque ela *pertence a todo mundo*; (2) a língua está em constante mudança e essas mudanças, ainda que naturais, podem e muitas vezes são motivadas por grupos sociais, por novidades tecnológicas e culturais que são responsáveis por produzir novos mundos, novas maneiras de ser no mundo e, portanto, novas maneiras de dizer.

Além disso, a língua – o português, o dinamarquês, o quimbundo, o macuxi etc. – permite que nela se construam imagens cristalizadas da cultura. Essas imagens, as quais podemos chamar também de conotações socioculturais (estabilizadas na forma de senso comum) levam à construção de representações mentais que dependem de categorias linguísticas, como a *categoria de gênero*, e que influenciam, como defenderam Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf, o modo como percebemos o mundo (PINKER, 2008).

No caso do português falado no Brasil, quando se trata da categoria linguística de gênero, de modo bastante geral, graças a concepções simplificadas sobre língua e linguagem, tem-se a impressão de que o *binarismo da língua* com a oposição masculino/feminino, especialmente visível nos artigos definidos e indefinidos (o, a, os as, um, uma, uns, umas) e nos pronomes (meu, minha; esse, essa), é baseado em um *binarismo biológico*, fazendo com que os falantes acreditem que os gêneros masculino e feminino da língua são resultantes dos

sexos biológicos masculino e feminino. Bem sabemos, no entanto, que *lua* é feminino e *sol* é masculino, ainda que não tenham sexo.

Segundo Letícia Nascimento, é a cisgeneridade que demarca a diferenciação sexual binária, fixando “identidades sexuais nos corpos”, estabelecendo ainda uma “hierarquia social” que vai considerar “abjeto todo corpo que fugir à tal normatividade” (NASCIMENTO, 2021, p. 125). Por cisgeneridade, podemos compreender o ambiente cultural em que se estabelecem práticas sociais, linguísticas e semióticas que culminam na elaboração de uma doxa – um *mundo natural* – cujas identidades dominantes são cisgêneras² e heterossexuais. Nesse mundo, “os corpos são referências que podem funcionar como âncora para nossas identidades, um ponto firme ao qual nos vinculamos e nos conectamos, um ponto de apoio” (NASCIMENTO, 2021, p. 124).

No português, portanto, assim como em outras línguas românicas, principalmente, parece haver um processo específico de *ancoragem*, no sentido semiótico do termo, na instância de figurativização do discurso, de índices de gênero que, ao construir o simulacro de um referente externo antropomorfo, produz o efeito de realidade “normalizando” as identidades, marcando-as como masculinas ou femininas, masculinizadas ou afeminadas, dentro de um espectro figurativo genital e/ou indumentário. A tirinha de Laerte, em epígrafe (ver Figura 1), é, nesse sentido, um excelente exemplo.

Roupas e genitais são também as figuras mais recorrentes em discursos intolerantes de gênero, o que a história recente do Brasil confirma, fácil e infelizmente, seja pela “mamadeira de piroca” (sic), evocada na campanha eleitoral do presidente eleito em 2018, seja pelas cores azul e rosa do discurso da ex-Ministra Damares Alves. Mas não somente: lojas de brinquedo, lojas de roupas infantis, chás-revelação, roupas de cama, acessórios para cozinha, automotivos, tudo pode ser dividido segundo duas cores, dois gêneros, dois sexos. O mesmo ocorre com os banheiros, cuja existência tem um fim muito próprio que antecede qualquer preocupação com genitais humanos, mas que são verdadeiros símbolos arquitetônicos da exclusão de gênero.

Vamos percebendo que o problema do gênero na língua (no discurso) é antes um problema de sexismo, isto é, de uma atitude cultural sobre os sexos que contamina todas as esferas da vida humana.

Em outras línguas, ainda que isso não aconteça exatamente do mesmo modo, pela ausência, em alguns casos, de marcadores morfológicos de masculino e feminino, o sexismo se faz presente. É o caso especialmente do inglês, em que os artigos definidos e indefinidos são sempre neutros. O inglês, por isso mesmo, é comumente citado como uma língua mais inclusiva e menos sexista, porque

² Segundo Houaiss e Villar (2015), cisgênero: “diz-se de ou gênero de percepção de identidade em que o indivíduo, por suas experiências de vida, aceita como verdadeiro o sexo que lhe foi atribuído ao nascer”.

menos binária. Trata-se, no entanto, de um engano, muito certamente influenciado por um imperialismo cultural de que somos vítimas.

Em artigo recente, a pesquisadora Molly Lewis e seu colega, Gary Lupyan (2019), ao estudarem a construção de estereótipos de carreira por gênero, demonstraram que as associações implícitas de gênero são fortemente previstas pela língua que falamos. Em seu trabalho, sugeriram que as associações linguísticas podem, inclusive, estar relacionadas ao julgamento implícito das pessoas sobre o que as mulheres podem realizar, apontando para um fato importante: línguas com maiores preconceitos de gênero tenderiam a ter falantes com maiores preconceitos de gênero, o que nos leva ao problema da cultura e da doxa, mais que ao problema da língua em si, como sistema e estrutura.

Ao final de sua reflexão, Lewis e Lupyan (2019) apresentam um *ranking* em que “medem”, aproximativamente, os 25 idiomas mais sexistas quando o tema é *trabalho e carreira*. Ao examinarem o emprego das palavras “mulher” e “homem”, perceberam que a primeira está muito mais associada a “casa”, “filhos” e “família” e que a segunda está muito mais associada a “trabalho”, “carreira” e “negócios”. O inglês ficou, nesse quesito, em 6º. lugar, enquanto o português ficou em 11º.

Vale ainda destacar que determinadas expressões relativas a carreira e posições de comando, em inglês, como *boss* e *commander-in-chief*, serão assumidas pelos falantes como naturalmente masculinas, em um fenômeno que lembra a construção do genérico em português, mesmo que sem nenhuma marcação morfológica. Quando se quer destacar que o cargo ou a posição são ocupados por uma mulher, recorre-se a *female boss* e *female commander-in-chief*, relegando formas como *male boss* e *male commander-in-chief* para casos comparativos/constrativos. Ainda em termos de expressões, formas como *to have balls* e *don't be a pussy*, de uso gírio/coloquial, que podem ser traduzidas respectivamente como “ter coragem” e “não ser covarde”, trazem consigo marcadores semântico-figurativos profundamente ancorados na cultura norte-americana, que reconhecem uma origem masculino-fisiológica na coragem e uma origem feminino-fisiológica na covardia, entendidos assim como aspecto natural de gênero que determinam comportamentos sociais.

Do que foi possível dizer até aqui, podemos extrair já uma primeira consideração: o gênero gramatical não torna *automaticamente* uma língua mais ou menos sexista ou inclusiva. As escolhas do falante, que apresentam os reflexos da sua cultura e da sua identidade, vão tecendo uma rede figurativa, um encadeamento isotópico de figuras que vai se correlacionar a determinado(s) tema(s). É aí que parece residir nosso problema: a constituição do gênero na língua é, como já citamos em epígrafe, um procedimento discursivo.

Na língua portuguesa, reconhecemos esse procedimento que pode levar à discriminação, uma vez que pode redundar em condutas, atitudes e expressões discriminatórias que ainda circulam livres. Essas *formas semióticas* contribuem

para a construção e a manutenção de estereótipos de gênero e sexualidade que fomentam a violência e a discriminação.

Formas gramaticais, como o morfema -inho do diminutivo (já lembrando anteriormente) vão criar figuras que assumem sentidos distintos quando aplicadas a homens e a mulheres: usa-se “homenzinho” para enaltecer um menino que está se desenvolvendo “bem” e “mulherzinha” para diminuir um menino que não tem comportamento considerado masculino. O mesmo fenômeno se dá com a mera mudança de gênero, que leva a isotopias figurativas e temáticas muito diversas, quando não antitéticas: o dono da casa é o proprietário; a dona de casa é a esposa, do lar; “ele é um touro” é uma expressão positiva sobre a força de um homem, e “ela é uma vaca” é uma expressão depreciativa sobre o caráter de uma mulher. Ou seja, o sexismo se dá não apenas em operações gramaticais: ele é operado no discurso, decidindo o valor das palavras numa dada sociedade.

Numa sociedade sexista como a nossa, temos ideias predefinidas sobre o que é ser mulher e ser homem, e essas ideias aparecem na linguagem. As qualidades que são atribuídas a mulheres e homens, como sensibilidade, doçura, submissão, dependência, fortaleza, rebeldia, violência e independência são culturais e, portanto, são aprendidas e propagadas. Não são naturais, pois há homens doces e mulheres rebeldes, há homens dependentes e mulheres violentas. Eis a importância de se pensar numa linguagem não sexista: ao combatermos o sexismo na linguagem, promovemos relações sociais mais plurais, mais livres e menos violentas para as mulheres, para crianças e para todas as pessoas em situação de vulnerabilidade ou exclusão. Nesse cenário, uma linguagem não sexista seria, desse modo, uma linguagem que refuta o sexismo que está incutido na cultura, criando novas formas de falar do feminino e da feminilidade, sem discriminá-los ou diminuí-los, reconhecendo novas masculinidades, como as transmasculinidades etc.

O gênero vai se (re)produzir em conformidade ou em ruptura com o que já está dado na cultura. Como a cultura não é estanque, novas realidades discursivas vão convocar novos usos linguísticos, novas marcações genéricas, divergentes, revolucionárias, para além da adequação compulsória da cisgeneridade (NASCIMENTO, 2021, p. 155).

Historicamente, são as mulheres que sofrem com o sexismo, porque vivemos em um mundo “de homens”, construído sobre o alicerce do patriarcado. Todo aquele sujeito (ator no discurso) que se encontrar, figurativamente, no campo do feminino (ou fora dele, inapropriadamente) sofrerá também do sexismo: homens gays, bichas afeminadas, travestis, mulheres trans, homens trans, sapatonas e lésbicas são figuras que serão assumidas no discurso como pertencentes a percursos figurativos excêntricos, isto é, que estabelecem identidades fora do centro da cultura, fora do núcleo de valores de uma normáscula eurocêntrica, por exemplo.

No discurso, podemos então reconhecer novas figuratividades, que vão dar conta de corpos e sujeitas femininas, agênero, transgênero, intersexo, não binárias, independentemente dos recursos de linguagem manuseados, em uma espécie de artesanato idiossincrático que, se não rompe com uma lógica “industrial” da repetição da língua, vai ao menos na sua contramão. Nesse sentido contrário ao da doxa, que é estabelecido quando se pensa em diversidade de gênero e linguagem inclusiva³, usuários da língua vão lutar finalmente contra usos linguísticos sexistas, manifestados em formas linguísticas como as de tratamento, de construção do pensamento e de práticas sociais marcadas pela discriminação de sexo biológico e de gênero. Isto é, uma linguagem sexista é permeada por conotações sociais que diminuem, violentam ou excluem pessoas, tendo em vista o seu sexo biológico ou seu gênero.

3. Linguagem não sexista: o que é e como se faz?

Em linhas muito gerais, para se aplicar uma linguagem não sexista, basta dar o mesmo estatuto a tudo aquilo que pertence aos universos feminino e masculino. O modo mais simples e que mais frequentemente produz um efeito de igualdade no discurso é o apagamento do traço de universalidade do gênero masculino na língua, como em⁴:

- 1a. Solicitamos que todos se sentem.
- 2a. Os homens são mamíferos.
- 3a. Os heróis morrem jovens.
- 4a. Os gaúchos têm o hábito de tomar chimarrão.

Nas quatro frases, o uso do masculino tem efeito de universal: (1a) todos os presentes na sala devem se sentar, incluindo homens, mulheres e crianças; (2a) os seres humanos são mamíferos; (3a) qualquer pessoa que aja como herói morre jovem; (4a) as pessoas que nascem no Rio Grande do Sul tomam chimarrão. Nessas frases, a presença das mulheres está oculta pela presença dos homens. Esse protagonismo é onipresente. Sabemos bem que basta ter um homem numa sala qualquer para que sejamos obrigados a dizer: bem-vindos, boa

³ Não adotamos aqui a expressão “linguagem neutra” porque a primeira lição da modernidade em estudos da linguagem é a de que falar é marcar posição e, portanto, jamais manter qualquer forma de neutralidade.

⁴ Quase todos os nossos exemplos foram retirados ou adaptados do *Manual para o uso não sexista da linguagem* (2014), belíssimo material republicado pelo Governo do Rio Grande do Sul, sob a gestão do Governador Tarso Genro (PT), que determina e orienta a “revisão” da linguagem internalizada na administração pública do Estado. O Manual pretende dar condições para a compreensão das discriminações de gênero e, então, fazer a “transição para um outro modelo de tratamento linguístico, com maior visibilidade das mulheres e onde o uso do masculino não continue a legitimar a ideia já superada de superioridade de sexo”.

tarde a todos etc. Para se fazer ver as mulheres, de início, é preciso, portanto, destacá-las, tirá-las desse ocultamento:

- 1b. Solicitamos que todas e todos se sentem.
- 2b. Os homens e as mulheres são mamíferos.
- 3b. Os heróis e as heroínas morrem jovens.
- 4b. Os gaúchos e as gaúchas têm o hábito de tomar chimarrão.

Quando incluímos uma palavra de gênero feminino e apagamos a construção desse *genérico gramatical* que faz a manutenção de uma figuratividade masculina (que tem na figura “homem” o seu exemplo mais evidente) damos visibilidade à presença das mulheres, que muitas vezes são mais numerosas nos diversos contextos sociais, e fortalecemos a construção de uma linguagem não sexista. Isto é, em termos semióticos, a inclusão de uma figura no discurso, antes ausente, “afeta o conjunto dos processos transformando-os em ações, confere contornos figurativos ao sujeito que se torna um ator, sofre uma ancoragem espaço-temporal” instalando “percursos figurativos [que] farão aparecer [novas] isotopias” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 211).

Além disso, o termo *homem* está sempre relacionado a expressões correntes da língua, sem ter nenhum sentido vulgar, sempre com sentidos positivos, como: “homem do mundo”; “homem da rua”. Nesses casos, não se usa “mulher do mundo”, “mulher da rua”, pois essas expressões têm outro sentido, referindo-se a trabalhadoras do sexo (o que assume, na nossa cultura, um valor pejorativo). Os casos desse tipo são inúmeros e tendem a colocar o masculino em posição de destaque nos discursos.

O que fazer, então? A língua pode ser alterada? Há liberdade para isso? Diferentemente do que os conservadores dirão, sim: a língua é instrumento social, de comunicação entre as pessoas. E as pessoas podem se servir da língua, fazendo a língua dizer o que existe e o que não existe, criar palavras novas, mundos novos na arte e na literatura, leis novas no direito, e assim por diante. Usando de nossa liberdade de usuários na língua, sempre que possível, portanto, tanto na comunicação oral quanto na comunicação escrita, podemos (cf. *Manual para o uso não sexista da linguagem*, 2014):

- Evitar termos genéricos masculinos, preferindo sempre determinar os termos (no lugar de dizer: “os homens são filhos de Deus”, dizer “as mulheres e os homens são filhas e filhos de Deus”; “os jovens de hoje em dia”, “as jovens e os jovens de hoje em dia” etc.;

- Evitar usar frases estereotipadas que fortaleçam papéis tradicionais: “a galinha protege seus pintinhos”; “se queria trabalhar, por que teve filhos?”; “está naqueles dias”; “coisa de mulher”; “ela é uma princesa” etc.

Os dois exemplos mostram bem como o problema do gênero e do pertencimento a uma classe de pessoas se faz inicialmente por um procedimento figurativo: são as figuras que vão marcar as identidades possíveis em um mundo natural, instaurando, como já dissemos, percursos figurativos. Naturalmente, um percurso figurativo será entendido como "encadeamento isotópico de figuras, correlativo a um tema dado" (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 213), próprio de um universo cultural dado. Se um texto apresenta a reiteração de figuras de masculinidade, para além de sua natureza genérica, a isotopia masculina (a um passo da machista) ali se faz presente. Se os percursos marcados pelo feminino reduzem identidades a meros papéis temáticos recorrentes (mãe, princesa, por exemplo), por um processo negativo, faz-se presente também uma visada masculina e, então, machista na construção de um mundo natural.

Assim, mais recomendável para se usar em documentos institucionais, mensagens públicas em ambientes de trabalho ou quaisquer outras situações formais, é empregar formas que apontem para a diversidade:

- No lugar de: A vacinação aumentou em Assis: uma conquista para todos os moradores.
- **Preferir:** A vacinação aumentou em Assis: uma conquista para toda a população.

- No lugar de: É preciso investir em serviços ao cidadão.
- **Preferir:** É preciso investir em serviços às cidadãs e aos cidadãos; à comunidade; à população.

- No lugar de: Muitos têm dúvida se votarão ou não.
- **Preferir:** Muitas pessoas têm dúvida se votarão ou não.

Quanto ao uso de termos relativos a profissões e papéis sociais (papéis temáticos) (ver Quadro 1):

Quadro 1: Adequação do uso de termos relativos a profissões e papéis sociais.

Em lugar de:	Pode-se usar:
<ul style="list-style-type: none"> ▪ os trabalhadores; ▪ os oficineiros; ▪ os usuários; ▪ os gestores; ▪ os autores de violência; ▪ as puérperas; ▪ os servidores públicos; ▪ os profissionais; ▪ os atendentes. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ as trabalhadoras e os trabalhadores; ▪ as oficineiras e os oficineiros; ▪ as usuárias e os usuários; ▪ as gestoras e os gestores; ▪ as autoras e os autores de violência; ▪ mulher ou homem no pós-parto ou no puerpério; ▪ as servidoras e os servidores públicos; ▪ as e os profissionais; ▪ as e os atendentes.

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode ver, nem sempre o plural precisa concordar em gênero com os dois termos (servidoras e servidores públicos) e há palavras do português em que não se percebe marcação de gênero, bastando o uso de artigos definidos e indefinidos, demonstrativos e adjetivos dos dois gêneros: a e o dentista; a e o atendente; a e o profissional; a e o docente etc.:

- Para se candidatar à vaga, a ou o docente deve encaminhar os documentos ao RH.
- Para se inserir no mercado, as e os profissionais da área devem estar atentas e atentos às inovações.

Quanto ao uso de formas realmente genéricas, que não sejam o emprego do masculino plural, tem-se os seguintes exemplos, que podem ser úteis (ver Quadro 2):

Quadro 2: Adequação do uso de formas genéricas sem o emprego do masculino plural.

Em lugar de:	Pode-se usar:
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os meninos ▪ Os homens ▪ Os filhos ▪ Os trabalhadores ▪ Os professores ▪ Os alunos ▪ Os eleitores ▪ Os jovens ▪ Os homens 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As crianças ▪ A população / O povo ▪ A descendência / A prole / As crianças ▪ O pessoal ▪ O professorado / O corpo docente ▪ O corpo discente ▪ O eleitorado ▪ A juventude ▪ A humanidade

Fonte: Elaboração própria.

A língua é rica e maleável. Ela serve ao falante e não o contrário. Não é preciso recorrer a estruturas estrangeiras à nossa língua para se promover uma comunicação não violenta e para se lutar contra o sexismo. Basta, e esse é talvez o maior desafio, que se queria integrar, ao invés de discriminar; que se queira acolher, ao invés de repudiar ou rejeitar. É preciso um exercício de alteridade que reconstitua a dimensão humana das pessoas, ao invés de diminuí-las ou apagá-las.

4. Linguagem neutra e população LGBTQIA+

Não queimem as bruxas
Mas que amem as bixas
Mas que amem
Que amem
Clamem
Que amem
Que amem as travas
também
Amém

(Linn da Quebrada, *Oração*.)

Fizemos aqui uma distinção entre linguagem não sexista e linguagem neutra para chamar a atenção para operações distintas: de um lado, o gênero é categoria da língua e seu uso pode ser repensado por meio de operações discursivo-semióticas; de outro lado, é importante refletir sobre o tratamento que damos às pessoas, sobre os usos de nomes sociais e sobre a sua constituição identitária.

O termo “LGBTQIA+” é acrônimo de “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queers, Intersexos e Assexual”, sendo o sinal de mais (+) uma indicação de outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam nos padrões já conhecidos, mas que também não aparecem em destaque na sigla.

A exclusão e a violência físicas e simbólicas infligidas à comunidade LGBTQIA+ são reais, atravessam a vida de muitas pessoas e impedem o acesso de jovens à educação de qualidade, excluindo especialmente travestis e transexuais do acesso à escola básica e à universidade pública. O cenário é devastador: o Brasil é, pelo 12º ano consecutivo, o país que mais mata LGBTs no mundo, especialmente travestis e mulheres trans.

Na lei, há esforços para acolher essa população, como o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. No entanto, para a lei “pegar”, como se diz no Brasil, é preciso tempo, esforço, fiscalização e punição

para os casos em que seja desrespeitada – o que é uma realidade ainda bastante distante.

Antes, portanto, de pensar em uma fala e uma escrita que incluam essas pessoas, sabemos que é preciso pensar em políticas públicas que garantam a sua vida, cotidianamente ameaçada. Isto é, antes de pensar propriamente nos modos de grafia da língua que marcam o gênero, devemos pensar nas instituições políticas e sociais que fazem essa distinção. É, pois, necessário que, no discurso sobre o gênero, sejam antes abortadas as marcas de segregação e discriminação.

Paul Beatriz Preciado, por exemplo, defende, em seu *Manifiesto contra-sexual* (2002), que o que temos que colocar em evidência e abalar são as tecnologias da escritura do sexo e do gênero nos corpos e nas identidades, e não na escrita de uma língua, necessariamente. O filósofo reflete, inclusive, sobre formas escritas que buscam apagar os morfemas de gênero das línguas românicas, caso do uso de “x” e “@”, por exemplo.

Na sua reflexão, com a qual estamos de acordo, simplesmente escrever alterando os marcadores de gênero é um exercício inútil e cansativo: em muitos casos, além de não permitir a leitura em voz alta (quando isso é feito, o gênero volta a ser marcado), a escrita feita dessa forma impede que sistemas de leitura para cegos, por exemplo, possam decifrar as palavras assim escritas, o que acaba por gerar, por fim, uma outra forma de discriminação.

Então, como agir? O problema do tratamento refere-se, justamente, ao tratamento que damos a uma pessoa com quem interagimos. No uso cotidiano da língua, se queremos tratar uma pessoa com respeito e formalidade, adotamos formas gramaticais, pronomes de tratamento e pronomes pessoais que condizem com a formalidade e o respeito esperado:

- O senhor ou a senhora poderia aguardar um minuto?
- Dona Lurdes, a senhora está bem?
- Gostaria de mais alguma coisa?

Nesses exemplos muito simples, vemos que os falantes da língua têm total consciência da situação de interação em que estão. Basta, portanto, que se valha do bom senso e do respeito. Não se trata apenas, portanto, de uma questão de gênero. No entanto, diante de uma plateia em que haja as mais diversas pessoas, um “boa tarde a todas, todos e todes” é bastante inclusivo.

A marcação em “e” é, nesse sentido, justamente uma saída mais legível para o uso de “x” e “@”, e permite incluir pessoas que não estão conformes às normas de gênero estabelecidas na sociedade. Podemos, desse modo, dizer: alunas, alunos e alunes; amigas, amigos e amigues, e assim por diante. É preciso alterar todas as palavras de um texto ou discurso? Muito provavelmente, não, porque o

que se busca mostrar com as escolhas linguísticas é o respeito à diversidade e o acolhimento. Como acontece com palavras que já não possuem marcação de gênero (como dentista, anteriormente indicada) e outras em que essa marca tem função social e política, como em *presidenta*. Quem nos chamou a atenção para esse fato, inclusive, foi José Luiz Fiorin, em uma das muitas *lives* que vimos florescer na pandemia da Covid-19. Sabemos muito bem que as expressões “a presidente” e “a presidenta” revelam muito mais que uma mera concordância nominal ou uma marcação de gênero. Se se adota a linguagem neutra nesse caso específico (e talvez todas as enunciações individuais devam ser entendidas como casos específicos), exclui-se do campo do discurso um posicionamento ideológico importante de validação do feminino para além do gênero gramatical. Além disso, a forma neutra “presidentie” não se sustenta em português, uma vez que o encontro vocálico (o ditongo “ie”) tenderia à monotongação, especialmente em final de palavra, apagando a marca do neutro, como acontece em “série > séri” e “espécie > espéci”, por exemplo, em muitos falares brasileiros. Luiz Carlos Schwindt (2020) avança bastante sobre esse problema, destacando que

para além das questões ideológicas que certamente são responsáveis por nomes de muitas profissões e cargos fechados por -nte serem predominantemente masculinos, há questões estruturais que podem representar resistência à velocidade da mudança neste caso (SCHWINDT, 2020, n.p.).

Para o linguista, de qualquer modo, “a língua registra exemplos de feminino empregado como neutro” que cada vez mais soam “naturais para falantes nativos de PB”, indicando um processo de mudança. Schwindt (2020) aponta ainda que:

Cada vez mais recorrente, o emprego de formas femininas e masculinas em vez do uso genérico também não se classifica como um expediente de neutralização. Trata-se, ao contrário, como no caso de *presidenta*, da afirmação da binariedade no sistema de gênero, neste caso numa oposição equipolente, ou seja, duplamente marcada. Embora mais recorrente em vocativos, recuperando uma fórmula antiga do português e de outras línguas presente em expressões cristalizadas (ex. senhoras e senhores; ladies and gentlemen), este uso se estende atualmente, por vezes, a todos os elementos do sintagma (SCHWINDT, 2020, n.p.).

Problema distinto, mas de igual complexidade, é aquele já tratado por Mattoso Câmara (1972, p. 79): no caso de palavras como cobra e jacaré (substantivos epicenos), podemos tanto fazer distinção de gênero, que deverá ser expressa pelas palavras macho e fêmea, quanto falar simplesmente em cobra e jacaré sem acrescentar obrigatoriamente aqueles termos. Nesse caso, como o diz o linguista, “continuamos a ter a cobra macho, no feminino, como assinala o artigo feminino 'a', e com o artigo masculino 'o' continuamos a ter masculino”

(CÂMARA JÚNIOR, 1972, p. 79), o jacaré fêmea. Ou seja, o problema do gênero na língua é um problema de categorização e não de sexo ou identidade de gênero. Câmara insiste, inclusive, que não se pode esquecer

[...] que a flexão de gênero é, em princípio, um traço redundante nos nomes substantivos portugueses [...] O que há são substantivos de tema em -a, em -o, em -e ou atemáticos, que possuem um gênero determinado implicitamente pelos adjetivos de tema em -o [...] que, quando presentes, têm de ir para o gênero do substantivo que determinam. Assim, casa é feminino, porque se tem de dizer casa larga e poeta é masculino, porque a expressão correta é poeta maravilhoso (CÂMARA JÚNIOR, 1972, p. 90).

Para Câmara, esse problema reside justamente na partícula que chamamos de artigo, que se pode sempre implicitamente antepor a um nome substantivo. Assim, o artigo tem a função de marcar o gênero dos nomes substantivos, que nem sempre podem ser naturalmente reconhecidos como masculinos ou femininos, como em “casa” e “poeta”, ambos terminados com a vogal a. Como (e por quê?), nesses casos, promover uma escrita neutra?

Antes de repensar todo o sistema de concordância nominal do português, é mais importante produzir um discurso acolhedor. Homens trans, mulheres trans e travestis, nas escolas, na família, em empregos formais, em atendimentos médicos pelo SUS ou em clínica e hospitais privados, em estabelecimentos comerciais, não são acolhidas e acolhidos e têm sua identidade de gênero desrespeitada. É uma parcela expressiva da população brasileira que enfrenta grande vulnerabilidade social, baixíssima empregabilidade e uma significativa evasão escolar.

Uma vez acolhidas, acolhidos, acolhides, interlocutoras e interlocutor(i)es estarão já previstos na mensagem, em um sinal de boa vontade, reciprocidade e gentileza. No caso de uso de artigos antes de nomes de pessoas, o ideal é saber como essas pessoas se identificam e chamá-las pelo seu nome, isto é, pelo nome pelo qual decidiram ser chamadas. Assim como nos habituamos a chamar amigos, parentes e pessoas famosas por apelidos e nomes inventados, podemos (e devemos) nos dirigir às pessoas que adotem nome distinto daquele de registro, respeitando essa sua escolha. Quanto ao problema específico do nome, a pesquisadora Josy Maria Alves de Souza esclarece que, embora o prenome seja o

nome que distingue o indivíduo dentro de sua família, o nome social torna reconhecida a identidade de gênero da pessoa transgênero para si própria, nomeando-a e distinguindo-a dentre as pessoas da comunidade da qual ela faz parte (SOUZA, Josy, 2019, p. 30).

Isso se mantém até que se “proceda a retificação de prenome, em conformidade com a sua identidade de gênero no registro civil, quando, então, adquire o status de nome civil” (SOUZA, Josy, 2019, p. 30). Nesse caso, não cabe a ninguém determinar se o nome de uma pessoa é “de batismo”, “de registro”, “civil” ou “social”, uma vez que “o nome civil faz parte da identidade transgênero [e que] os sujeitos que se autodeclararam travestis ou transexuais e que o adotam também o tomam pela terminologia tão somente de ‘nome’, em seu cotidiano” (SOUZA, Josy, 2019, p. 30). Algo que parece ser muito simples é, no entanto, um direito negado, pois frequentemente esse nome não é reconhecido e acatado no próprio contexto familiar (SOUZA, Josy, 2019, p. 30).

Em resumo: homens trans esperam ser tratados no masculino. Mulheres trans e travestis, no feminino. Pessoas não binárias apresentarão, quando for o caso, os pronomes com os quais preferem ser tratados.

5. Por uma reflexão semiótica: a violência invisível, o ser e o parecer

A filósofa Judith Butler (2001), ao falar de gênero, apresenta uma reflexão importante sobre a violência. Para a autora, as normas de gênero, sociais ou linguísticas, exercem uma certa violência sobre os corpos que as violam. Conformam a roupa que a mulher deve usar, seu comprimento, e impedem a sua circulação em determinados espaços. Desse modo, essas normas, como explicam as pesquisadoras Maria Juracy Filgueiras Toneli e Simone Becker (2010, p. 6), “autorizam a violência física típica que nós reconhecemos rotineiramente” e apagam “essa violência de nossa apreensão”. Isto é: somos violentados, mas já nem percebemos mais.

Para a semiótica, a percepção da realidade – do encontro do sujeito com a verdade da vida – é operada por meio de estratégias discursivas que vão construir um parecer verdadeiro. A violência de que trata Butler é uma violência que, ao se naturalizar, passa a representar o único mundo possível para as identidades dissidentes, para aquelas identidades que rompem com a normáscula. Assim, não há verdade no mundo, mas há verdade no discurso. E, se há um discurso imperioso, da ordem da homogeneidade, da conformidade e da conservação, este faz valer a sua verdade, ainda que por meio de uma violência. A violência aqui é de toda ordem: de efeito no discurso, que silencia a diversidade na língua, a efeito material, que mata, anula e discrimina a diversidade de corpos e subjetividades.

Nas nossas relações sociais, no seio familiar, no trabalho, nos espaços de lazer, esse ocultamento das formas de violência mais visíveis é mais intenso, pois temos a impressão de que há mistura, cordialidade e respeito, um mundo de parecer, onde, na verdade, se estabelece um exercício profundo de triagem que

visa a homogeneidade e a normatização dos corpos e da linguagem. As sujeitas, mulheres, pessoas LGBTQIA+, tranvestisgêneres⁵, especialmente, acabam, desse modo, submetidos à violência normativa, porque os mecanismos de violência são invisíveis, camuflados, naturalizados.

Ao reconhecer a natureza da linguagem e do discurso, a semiótica nos serve de importante veículo de transformação, uma vez que pode fazer ver por cima dos muros, para além dos sistemas veridictórios já preestabelecidos, fazendo da liberdade valor maior que a verdade. ●

Referências

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 81, p. 1, 29 abr. 2016. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=29/04/2016>. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei (PL) nº1676/99. Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da Língua Portuguesa e dá outras providências. Restringe o uso de palavra em Língua Estrangeira ou 'estrangeirismo'. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=17069>. Acesso em: 17 out. 2022.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.151-172.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1972.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Gramática do português falado: a ordem*. v. I. A ordem. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 2002.

COUTINHO, Laerte. [Manual do Minotauro: Muriel]. [S.l.:s.n.], 2022. 1 ilustração. Disponível em: <https://laerte.art.br/tag/muriel/>. Acesso em: 17 out. 2022.

COUTINHO, Leonardo. Todo mundo fala assim. *Veja*, São Paulo, n. 1710, p. 70-71, jul. 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3253698/mod_resource/content/1/TODO%20MUNDO%20FALA%20ASSIM.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

FIORIN, José Luiz. Operações discursivas do discurso da extrema-direita. *Discurso & Sociedad*, v. 13 (3), 2019, 370-382. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v13n03/DS13%283%29Fiorin.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Manual para o uso não sexista da linguagem*. O que bem se diz bem se entende. TOLEDO, Leslie Campaner de; ROCHA, Maria Anita Kieling da; DERMMAM, Marina Ramos;

⁵ Termo cunhado por Érika Hilton e Indianare Siqueira para abarcar todas essas identidades, homens e mulheres trans, travestis, pessoas trans não binárias, pessoas que, de modo geral, estão fora do CISTema.

DAMIN, Marzie. Rita Alves; PACHECO, Mauren (org.). Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital: Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://portalsemear.org.br/publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem/>. Acesso em: 21 mar. 2022.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.

LAJOLO, Marisa. No jardim das letras, o pomo da discórdia. Instituto de Estudos da Linguagem - UNICAMP. Campinas, SP: UNICAMP, 1990. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/pomo.htm>. Acesso em: 17 out. 2022.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O sexo dos astros. Tradução: Eurídice Figueiredo Lethbridge. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural dois*. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. cap. XI, p. 219-228. (Biblioteca Tempo Universitário – 45).

LEWIS, Molly; LUPYAN, Gary. Gender stereotypes are reflected in the distributional structure of 25 languages. *PsyArXiv*, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.31234/osf.io/7qd3g>. Acesso em: 30 abr. 2020.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021 (Coleção Feminismos Plurais).

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

PINKER, Steven. *Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PRECIADO, Paul Beatriz. *Manifiesto contra-sexual – Prácticas subversivas de identidade sexual*. Madrid: Opera Prima, 2002.

QUEBRADA, Linn da. Oração. Participação Especial voz & piano: Liniker Barros. Coro: Verónica Valenttino, Ventura Profana, Urias, Danna Lisboa, Alice Guél e Jup do Bairro. *Single*, 2019.

RIBEIRÃO + colorida 25/09 Tarde. *Youtube* [Canal Maria Eugenia Biffi], [s.], 25 set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LENPRAAoOsA>. Acesso em: 27 out. 2022.

SAMPAIO, Rebecca Demicheli. Linguagem, cognição e cultura: a hipótese Sapir-Whorf. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 56, novembro 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/issue/view/3593>. Acesso em: 23 jan. 2022.

SÃO JOSÉ (Costa Rica). Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso López Álvarez Vs. Honduras. Sentença de 1º de fevereiro de 2006 (Mérito, Reparações e Custas). Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_141_por.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). *Ação Popular* nº 1009442-85.2022.8.26.0071. Bauru, São Paulo, 2022.

SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira. A doméstica como síntese do racismo brasileiro: discurso, formas de vida e cultura. *Estudos Semióticos*, v. 17 n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2021.181055>. Acesso em: 12 dez. 2021.

SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira; PORTELA, Jean Cristtus. Reflexões para uma semiótica das culturas: o caso da identidade trans. In: BUENO, Alexandre Marcelo;

MANZANO, Luciana Carmona; ABRIATA, Vera Lucia Rodella (org.). *As crises na/da contemporaneidade*. Franca/SP: Editora Unifran, 2017.

SCHWINDT, Luis Carlos. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1709>. Acesso em: 9 ago. 2022.

SEFIC/SECULT/Mtur - Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo. Portaria nº604/2021. Dispõe sobre o uso e/ou utilização, direta ou indiretamente, além da apologia, do que se convencionou chamar de linguagem neutra. Brasília: SEFIC/SECULT/Mtur, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2021-1/portaria-sefic-secult-mtur-no-604-de-27-de-outubro-de-2021>. Acesso em: 17 out. 2022.

SOUZA, Jessé de. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Josy Maria Alves de. *Nomes sociais de pessoas transgêneros e nomes artísticos de drag queens do Estado de Rondônia: questões de identidade linguística e de gênero*. 2019. 204 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2019.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras; BECKER, Simone. A violência normativa e os processos de subjetivação: contribuições para o debate a partir de Judith Butler. In: *Fazendo gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos*. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1-8.

Language, gender and diversity: what does semiotics have to do with it?

 SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira

Abstract: In this work, we aim to demonstrate how sexist discourses and discourses about language are built to perpetuate gender prejudices, as race and class, as anti-scientific discourse is used to establish language normatized by grammars and dictionaries as the only correct and acceptable, and sexist and intolerant linguistic performances perpetuate forms of violence against the female body (cis women and LGBTQIA+ gender identities), and their consequent social exclusion. Using the theoretical-methodological aim of the discursive semiotics, we verify the figurative and veridictory construction of our corpus, revealing values such as the denial of the transformations of/in language in use in a journalistic article published in *Veja* magazine in 2001, in Ordinance No. 604/21, of the Ministry of Tourism, and in Draft Law No. 948/21, legislative devices that veto the use of neutral language in the Brazilian public sphere. As we explain how sexist language inflicts on exclusion and symbolic violence to the population that is not exclusively male, we simultaneously analyze the Manual para o uso não sexista da linguagem (2014), published by the Government of Rio Grande do Sul. As a result, we present what it is and how the Portuguese speaker can use non-sexist language and neutral language in different situations of social interaction.

Keywords: discourse; gender; intolerance; language; veridiction.

Como citar este artigo

SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira. Língua, gênero e diversidade: o que tem a semiótica a ver com isso?. *Estudos Semióticos* [online], vol. 18, n. 3. São Paulo, dezembro de 2022. p. 258-278. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira. Língua, gênero e diversidade: o que tem a semiótica a ver com isso?. *Estudos Semióticos* [online], vol. 18.3. São Paulo, December 2022. p. 258-278 Retrieved from: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: month/day/year.

Data de recebimento do artigo: 28/08/2022.

Data de aprovação do artigo: 06/09/2022.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 Internacional.

This work is licensed under a Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 International License.

